



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16052 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: DEBATES EM TORNO DA CIDADANIA INFANTIL EM SÃO GONÇALO/RJ (2018-2023)
 Carla Verônica Corrêa Cardoso - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: DEBATES EM TORNO DA CIDADANIA INFANTIL EM SÃO GONÇALO/RJ (2018-2023)

O presente artigo é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento, que se constitui a partir dos desafios de uma longa e dedicada trajetória no campo das Infâncias, a favor da promoção dos direitos infantis. Esta experiência se realiza a partir do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de São Gonçalo/RJ (CMDCA/SG). Busca-se problematizar o processo de participação das crianças, na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância de São Gonçalo/RJ (PMPI/SG), construído no âmbito do CMDCA/SG.

Nesta investigação, emprega-se a orientação do materialismo histórico dialético (Frigotto, 1987), que nos possibilita apreender e revelar contradições da realidade social. Desta forma, procuramos enfatizar e destacar a historicidade do processo, com vista ao entendimento da totalidade e da compreensão do contexto das políticas públicas para as infâncias, reconhecendo a diversidade social das múltiplas culturas infantis (Rosseto, 2011).

Neste estudo, compreende-se o território público da cidade como um espaço fundamental no processo de formação integral da criança, possibilitando a convivência comunitária, a formação de uma cidadania infantil (Mesquita, 2022). Assim, a construção do PMPI representa um esforço de integração de forças e mediação política para que as crianças gonçalenses, sobretudo das classes populares, possam assumir o *status* político de sujeitos construtores de sua história. No entanto, reconhecemos que “vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva [...]” (Brandão, 1993, p. 6). Desta forma,

torna-se necessário um constante movimento político-pedagógico que possibilite produzir fraturas na realidade, tornando-a mais favorável às crianças pequenas e o seu acesso aos direitos fundamentais.

Assim, o PMPI objetiva no âmbito das políticas públicas identificar as demandas relativas à primeira infância no município, a fim de contribuir para destinação privilegiada de recursos nas áreas relacionadas à proteção à infância, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal N° 8.069/1990 e o Marco Legal da Primeira Infância, Lei Federal N° 13.257/2016.

Essa questão possibilita reflexões acerca das tensões de uma sociedade que se constitui nas dificuldades de superação das injustiças e desigualdades sociais, não demonstrando preocupação com o acesso aos direitos, mas com a manutenção de privilégios que favorecem uma classe e impedem a difusão de direitos fundamentais para a totalidade da população (Santos, 1996).

Oportuno, ressaltar a ausência de políticas para as infâncias, provocadas, sobretudo, pelas políticas de desmonte do estado brasileiro durante a gestão de ex- presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), caracterizado por retrocessos nas políticas públicas sociais, aumentando as desigualdades inter e intraregionais do país. Assim, este período é caracterizado, em sua dimensão ideológica propagadora de uma *guerra cultural* (Leher, 2021) que com interferências destrutivas se empenha na destruição da democracia.

Neste contexto, a participação das crianças na construção do PMPI/SG, foi caracterizada por intensos debates. Essa participação deveria ter ocorrido no início da elaboração do Plano, reconhecendo que o PMPI deveria ser construído *com* as crianças e não *para* as crianças, onde as linguagens, hipóteses, pensamentos e modos de ser das crianças fossem concretamente registrados.

Desta forma, com intensa articulação, a participação das crianças foi efetivada no PMPI. Consideramos que a presença tardia dos (as) pequenos (as), nos provocou a questionar: *Que lugar as crianças pequenas ocupam no processo de construção das políticas públicas, no município de São Gonçalo? Que estratégias foram postas a fim de que a criança seja reconhecida como sujeito político?*

Assim, reconhecer os novos sujeitos neste processo gerou outro olhar sobre as infâncias contra o adultocentrismo e o colonialismo, possibilitou, aos/as *pequenos/as*, expressar sobre temas como: família, cidade, saúde, educação, brincar, medos e violência. Nestes encontros, identificamos questões relacionadas à vulnerabilidade social, às situações de violência, à precariedade das suas condições de moradia e à escassez de políticas públicas de esporte, cultura e lazer. Neste sentido, foi possível compreender o quanto é fundamental a existência de espaços de encontro e participação infantil, nos quais as decisões políticas possam reconhecer a criança como cidadã ampliando a sua participação política e comunitária na vida da cidade.

Palavras-chave: Direitos, Cidadania Infantil, Plano Municipal pela Primeira Infância.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. Editora Brasiliense, 2006, Vol.318

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In: Metodologia da Pesquisa Educacional*. FAZENDA, I. C. A. (org.). Cortez Editora. São Paulo, 1987.

LEHER, Roberto. & SANTOS Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e a autocracia burguesa: expressões neofacistas no capitalismo dependente. *In: LEHER, Roberto (org.). Educação no governo Bolsonaro – inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MESQUITA, Delma Lucia de. *Cidadania desde a infância e educação para a democracia da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança*. Rev. Bras. Educ. 2022, vol.27

ROSSETO, Edna Rodrigues Araújo. Educação das crianças Sem Terrinha nas Cirandas Infantis: a construção de uma alternativa em movimento. *In: FARIA, Ana. Lucia Goulart de & FINCO, Daniela. (org.). Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 81-103.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. *In: O Preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.